

A inserção da música em escolas públicas municipais do Rio Grande do Sul: investigando a 3ª Região Funcional de Planejamento do COREDE

Josué Tales Flach[1]
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS
Cristina Rolim Wolffenbüttel[2]
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS

Resumo: Este trabalho apresenta a pesquisa sobre a inserção da música em escolas públicas municipais da 3ª Região Funcional de Planejamento do COREDES, RS (RFPC/RS). Partiu dos seguintes questionamentos: Quantas e quais secretarias municipais do Rio Grande do Sul têm realizado ações de inserção da música nas escolas da 3ª RFPC/RS? Quais são as ações de inserção da música nas escolas da 3ª RFPC/RS? Quantas secretarias municipais da 3ª RFPC/RS promovem concursos para professores de música? Quantos professores de música as secretarias da 3ª RFPC/RS têm em seu quadro de concursados? Quais são os profissionais que desenvolvem atividades musicais nas escolas? O objetivo dessa pesquisa foi investigar a inserção da música em escolas públicas municipais da 3ª RFPC/RS. A metodologia consistiu na abordagem quantitativa, no método *survey* e na aplicação de questionários como técnica para a coleta dos dados. A análise dos dados foi efetuada a partir da análise de conteúdo. Como resultados constatou-se que a 3ª RFPC/RS encontra-se em sintonia com a realidade do estado e do país. As secretarias municipais educação dos municípios da 3ª RFPC/RS não têm promovido concursos para professores de música. Porém, grande parte das escolas promove ações musicais, através da existência de bandas e outros conjuntos musicais em seus tempos e espaços. Entende-se que a análise de como ocorre a inserção da música nas escolas públicas municipais da 3ª RFPC/RS possam subsidiar a elaboração e a implementação de políticas públicas para a inserção da música nas escolas do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Palavras-chave: Educação Musical; políticas educacionais; COREDE/RS.

[1] Graduando da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS. Participa do grupo de pesquisa: "Educação Musical: diferentes tempos e espaços" sendo orientado pela Professora Doutora Cristina Rolim Wolffenbüttel. No período de 2012 à 2014 realizou pesquisas com bolsas CNPq, com as pesquisas "A Obrigatoriedade do Ensino de Música nas Escolas: uma investigação sobre os rebatimentos da Lei N° 11.769/2008 em Secretarias Municipais de Educação do Rio Grande do Sul"(CNPq) em 2012 e "A Educação Musical no Vale do Taquari/RS: investigando o ensino de música em escolas públicas" (CNPq) em 2013

[2] Pós-Doutora e Doutora em Educação Musical pelo Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Mestre em Educação Musical e Licenciada em Educação Artística – Habilitação em Música, pela UFRGS. Especialista em Informática na Educação – Ênfase em Instrumentação, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Professora Adjunta do Curso Graduação em Música: Licenciatura, na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS. Coordenadora do Curso Graduação em Música: Licenciatura, na UERGS. Coordenadora do Curso de Especialização em Educação Musical para Professores da Educação Básica. Coordenadora dos grupos de pesquisa *Educação Musical*: diferentes tempos e espaços (CNPq) e *Grupo de Pesquisa em Arte*: criação, interdisciplinaridade e educação (CNPq), da UERGS. Coordenadora de Área; Artes, no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES/UERGS). Coordenadora dos *Centros Musicais*, do Programa *Brinca* e dos *Centros de Dança*, na Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre. Representante do Rio Grande do Sul junto à Associação Brasileira de Educação Musical – ABEM.

Introdução

Este trabalho apresenta dados da pesquisa sobre a inserção da música em escolas públicas municipais da 3ª Região Funcional de Planejamento do COREDE do Rio Grande do Sul (RFPC/RS).

Desde 2008, o Brasil conta com a Lei nº 11.769, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de música na Educação Básica. Atualmente, algumas redes de ensino têm incluído em seus projetos pedagógicos atividades musicais, ofertando diversas opções para o ensino de música, extensivos aos seus alunos, bem como a toda a comunidade do entorno. Essas ações se encontram em sintonia com teorias que concebem a educação musical de um modo mais abrangente, tratando de apropriação e transmissão musical (KRAEMER, 2000), e as relações "que os sujeitos fazem com as músicas nos mais diferentes espaços", permitindo articulações entre os diversos espaços escolares (SOUZA, 2001, p.91).

Mesmo com a legislação, nem todas as redes de ensino possibilitam acesso à música, por diversos motivos.

No Rio Grande do Sul (RS) pesquisas ainda apontam a ausência de professores de música nas escolas, bem como a pouca oferta de atividades musicais escolares. Investigações empreendidas pelo Grupo de Pesquisa "Educação Musical: diferentes tempos e espaços", da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (CNPq/Uergs) reportam a esta realidade (WOLFFENBÜTTEL; SILVA, 2014; WOLFFENBÜTTEL, 2011).

Com base nestas pesquisas e, tendo em vista o cenário nacional, alguns questionamentos surgiram: Quantas e quais secretarias municipais do Rio Grande do Sul têm realizado ações de inserção da música nas escolas da 3ª RFPC/RS? Quais são as ações de inserção da música nas escolas da 3ª RFPC/RS? Quantas secretarias municipais da 3ª RFPC/RS promovem concursos para professores de música? Quantos professores de música as secretarias da 3ª RFPC/RS têm em seu quadro de concursados? Quais são os profissionais que desenvolvem atividades musicais nas escolas? O objetivo dessa pesquisa, portanto, foi investigar a inserção da música em escolas públicas municipais da 3ª RFPC/RS.

Os COREDES e a 3ª Região Funcional de Planejamento

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), criados pela Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, e regulamentados pelo Decreto nº 35.764, de dezembro de 1994, são fóruns de discussão e decisão sobre políticas e ações para o desenvolvimento regional. Objetivam a promoção do desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, através da integração dos recursos e das ações de governo na região (COREDE-RS, 2010).

Os 497 municípios do RS encontram-se organizado em 28 regiões do COREDE: Alto Jacuí, Campanha, Central, Centro Sul, Fronteira Noroeste, Fronteira Oeste, Hortênsias, Litoral, Médio Alto Uruguai, Missões, Nordeste, Noroeste Colonial, Norte, Paranhana Encosta da Serra, Produção, Serra, Sul, Vale do Caí, Vale do Rio dos Sinos, Vale do Rio Pardo, Vale do Taquari, Metropolitano Delta do Jacuí, Alto da Serra do Botucaraí, Jacuí Centro, Campos de Cima da Serra, Rio da Várzea, Vale do Jaguarí, Celeiro (COREDE-RS, 2010).

Para fins de planejamento, os COREDEs são agregados em regiões funcionais, as quais somam 9 RFPC. A regionalização foi definida pelo Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do RS-SCP/Rumos 2015, com base em critérios de homogeneidade econômica, ambiental e social e na adequação das variáveis correspondentes para identificação das polarizações (COREDE-RS, 2010).

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi selecionada a 3ª RFPC/RS, a qual é composta por 49 municípios dos COREDEs Hortênsias (Cambará do Sul, Canela, Gramado, Jaquirana, Nova Petrópolis, Picada Café e São Francisco de Paula), Serra (Antônio Prado, Bento Gonçalves, Boa Vista do Sul, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Coronel Pilar, Cotiporã, Fagundes Varela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Guabiju, Guaporé, Montauri, Monte Belo do Sul, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Pádua, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Paraí, Pinto Bandeira, Protásio Alves, Santa Tereza, São Jorge, São Marcos, São Valentim do Sul, Serafina Corrêa, União da Serra, Veranópolis, Vila Flores e Vista Alegre do Prata) e Campos de Cima da Serra (André da Rocha, Bom Jesus, Campestre da Serra, Esmeralda, Ipê, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Pinhal da Serra, São José dos Ausentes, Vacaria).

Caminhos metodológicos

O desenho metodológico utilizado nesta investigação consistiu no *survey* (COHEN; MANION, 1994; BABBIE, 1999).

A coleta dos dados foi efetuada com a aplicação de questionários autoadministrados aplicados junto às secretarias municipais de educação. A razão para a escolha do questionário autoadministrado residiu no fato de o mesmo possibilitar o acesso a diversos dados com uma parcela maior da população em estudo, no caso desta investigação, secretarias municipais de educação dos 49 municípios da 3ª RFPC/RS.

Os questionários foram enviados às secretarias municipais de educação da 3ª RFPC/RS, via e-mail, sendo os mesmos respondidos e retornados do mesmo modo. Antes do envio dos questionários às secretarias, as mesmas foram contatadas previamente via telefone para apresentar a pesquisa e identificar os respondentes.

Resultados e análise dos dados

Os dados coletados foram organizados em quatro categorias: ações de inserção da música nas escolas públicas municipais da 3ª RFPC/RS; oferta de atividades musicais nas escolas públicas municipais da 3ª RFPC/RS; promoção de concursos públicos para professores de música pelas secretarias municipais de educação da 3ª RFPC/RS; profissionais que desenvolvem atividades musicais nas escolas públicas municipais da 3ª RFPC/RS.

As categorias são apresentadas e explicadas a seguir.

Ações de inserção da música nas escolas públicas municipais da Região Funcional 3

Dos 25 municípios analisados, 80% afirmaram inserir a música em suas escolas. Em 20% (5) dos municípios respondentes a resposta quanto à inserção da música foi negativa.

Para aprofundar a informação utilizou-se o questionamento quanto à forma de inserção da música nas escolas. Obteve-se três tipos de resposta, a inserção da música através da disciplina de Artes, em 32% dos municípios da 3ª RFPC/RS, 64%

propõem atividades musicais integradas às outras disciplinas e 12% oferecem aulas de música como disciplina especifica. Os dados mostram que algumas escolas oferecem mais de uma forma de inserção do ensino de música.

Oferta de atividades musicais nas escolas públicas municipais da Região Funcional 3

As secretarias municipais de educação indicaram diversos modos de ofertar atividades musicais nas escolas, tais como a realização de oficinas de música, banda marcial, festival, Programa “Mais Educação”, Programa “Escola Aberta” e aulas de instrumento. Apresenta-se, a seguir, o quadro dos tipos de atividades musicais oferecidos pelas escolas da 3ª RFPC/RS.

Tabela 1: Tipos de Atividades Musicais Oferecidos pelas Escolas

Atividade Musical	Incidência
Oficinas de música	56%
Festivais	5%
Programa Mais Educação	5%
Programa Escola Aberta	1,5%
Aula de Instrumentos Musicais	13%
Banda Marcial	5%

Constatou-se que as oficinas são a alternativa mais utilizada pelas escolas. Compreende-se que estas têm suas disciplinas distribuídas em horários específicos; portanto, as atividades de música ocorrem no turno inverso, além de possibilitar a oferta de turno integral, uma das alternativas crescentes na educação brasileira.

Promoção de concursos públicos para professores de música pelas secretarias municipais de educação da 3ª RFPC/RS

A maioria das secretarias de educação (80%) respondeu não ter realizado concurso público para o provimento de vagas para professor de música. Em 20% ocorrem concursos. Estes dados se encontram em sintonia com o que vem sendo realizado no restante do país (DEL BEN, 2005; DINIZ, 2005; SANTOS, 2005; PENNA, 2004a, 2004b).

Profissionais que desenvolvem atividades musicais nas escolas públicas municipais da 3ª RFPC/RS

As secretarias municipais de educação indicaram vários profissionais que desenvolvem atividades musicais nas escolas de sua rede de ensino, como professores de outras disciplinas, oficineiros, instrutor de banda marcial, professores de artes e profissionais contratados. Apresentam-se, a seguir, os vários profissionais que desenvolvem atividades musicais oferecidas pelas escolas da 3ª RFPC/RS.

Tabela 2: Tipos de Profissionais Oferecidos pelas Escolas

Profissional	Incidência
Professores Que Tocam Instrumentos Musicais	16%
Oficineiros Contratados	36%
Professores de Outras Disciplinas	12%
Professores de Artes	16%
Professores de Series Iniciais	24%
Instrutores de Banda Marcial	12%
Acadêmicos de Cursos de Música	4%

Ao analisar estes dados entende-se que os mesmos encontram-se, de certo modo, respaldados pela Lei nº 11.769/2008, quanto ao veto do parágrafo 2º que apontava a obrigatoriedade da formação específica em música do professor. Apesar de as Diretrizes Curriculares para a Operacionalização do Ensino de Música na Escola sugerirem a formação específica, ainda este aspecto não é cumprido por parte das secretarias de educação e das escolas como um todo.

Considerações finais

Ao finalizar esta pesquisa que objetivou investigar a presença da música em escolas públicas municipais da 3ª RFPC/RS, responde-se aos questionamentos.

Em relação às secretarias municipais de educação que têm realizado ações de inserção da música nas escolas de sua rede de ensino, constatou-se que, dentre os respondentes, grande parte das secretarias municipais de educação tem se inserido musicalmente em todas as escolas da 3ª RFPC/RS.

Quanto às secretarias que têm realizado ações/atividades/movimentos de inserção da música nas escolas de sua rede de ensino, a pesquisa revelou que todas

têm promovido ações/atividades/movimentos para a entrada da música em suas escolas. Dentre as ações de inserção da música nas escolas da 3ª RFPC/RS 56% das respostas revelou oferecer oficinas no contraturno como a alternativa principal, bem como bandas marciais, festivais e programas educacionais.

Na questão relativa ao número de secretarias municipais da 3ª RFPC/RS que promovem concursos para professores com habilitação em música observou-se que 20% promovem concursos, enquanto 80% não promove.

Em relação aos profissionais que desenvolvem atividades musicais nas escolas, a investigação revelou que professores de outras áreas do conhecimento, concursados e "oficineiros" vem trabalhando a música na Educação Básica.

Ao finalizar esta pesquisa observou-se o quanto a inserção da música nas escolas da 3ª RFPC/RS encontra-se frágil. Entende-se, portanto, a relevância de um incremento quanto às ações de inserção da música, bem como a necessidade premente de realizar concursos públicos para o provimento de cargo de professores com habilitação específica em música.

Entende-se que os dados desta investigação poderão subsidiar macro e microanálises das políticas públicas em educação musical no país, bem como fundamentar a construção de políticas públicas para a implementação da música nas escolas do país.

Referências

BABBIE, E. **Métodos de pesquisas de survey**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

COHEN, L., MANION, L. **Research methods in education**. 4th ed. London: Routledge, 1994.

COREDE-RS. FÓRUM DOS CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DOE STADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Pró-RS IV**: propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do estado do Rio Grande do Sul (2011-2014). S/D: Passograf, 2010.

DEL BEN, L. M. **Um estudo com escolas da rede estadual de ensino básico de Porto Alegre – RS**: subsídios para a elaboração de políticas de educação musical.

Relatório de Pesquisa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Artes, Departamento de Música. Porto Alegre, agosto, 2005.

DINIZ, L. N. **Música na educação infantil**: um survey com professoras da rede municipal de ensino de Porto Alegre - RS. 2005. Dissertação (Mestrado em Música) – Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Música, Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

KRAEMER, R. Dimensões e funções do conhecimento pedagógico-musical. **Em Pauta**, Porto Alegre, V.11, n. 16/17, abr./nov., p.50-73, 2000.

PENNA, M. A dupla dimensão da política educacional e a música na escola: - I analisando a legislação e os termos normativos. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, V. 10, mar. 2004a, p.19-28.

_____. A dupla dimensão da política educacional e a música na escola: - II da legislação à prática escolar. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, V. 11, set. 2004b, p.7-16.

SANTOS, R M. S. Música, a realidade nas escolas e políticas de formação. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, V. 12, mar, 2005, p.49-56.

SOUZA, J. Múltiplos espaços e novas demandas profissionais: reconfigurando o campo da educação musical. In: X ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 2001, Uberlândia. **Anais**. Uberlândia: 2001, p.85-92.

WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim Wolffenbüttel. Ensino de música na educação básica: uma investigação em escolas públicas do Rio Grande do Sul. XXI Congresso da ANPPOM, 2011, Uberlândia. **Anais**. Uberlândia: 2011, p.335-340.

WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim; SILVA, Patrick da Costa. O ensino de música no litoral do Rio Grande do Sul: uma pesquisa sobre educação musical em escolas públicas municipais. XVI Encontro Regional Sul da ABEM, **Anais**. 2014, p.1-12.